

Aula 00

*JUCEPA (Técnico Adm e Finanças
-Ciências Contábeis) Passo de
Contabilidade Pública 2021 (Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Vinicius
Nascimento**

24 de Agosto de 2021

Sumário

Análise Estatística.....	5
O que é mais cobrado dentro do assunto?.....	5
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque.....	6
Aposta Estratégica.....	20
Questões Estratégicas.....	21
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	34
Perguntas.....	35
Perguntas com respostas.....	36
Lista de Questões Estratégicas.....	38
Gabarito.....	44
Referências Bibliográficas.....	44



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Vamos começar com nossa apresentação.

Sou Alexandre Violato Peyerl, Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!

Sou o Prof. Vinicius Nascimento, natural de Brasília, mas residindo em Manaus, coração da nossa Amazônia! Sou formado em Gestão Pública, pós-graduando em Contabilidade Pública e também em Planejamento e Orçamento Governamental, atualmente finalizando minha graduação em Ciências Contábeis.

Minha experiência como concursado iniciou em 2005, quando fui aprovado para um emprego público na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

EM 2006, quando estava estudando para Técnico Administrativo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – vi uma propaganda do concurso da Escola de Sargentos das Armas. Não pensei duas vezes e fiz minha inscrição. Fui aprovado e fui iniciar o Curso de Formação de Sargentos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, sendo que, ao final do curso, fui classificado na cidade de Jaguarão – Rio Grande do Sul – na fronteira com o Uruguai.

No final de 2011, fui transferido para Boa Vista, no estado de Roraima. Logo no início de 2012 fiz a prova para Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRT 11ª Região, o qual fui aprovado em 54º lugar.

No mesmo ano, fiz o concurso para Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Roraima, ficando classificado. Em 2013, fui aprovado em 37º lugar para Técnico Administrativo do Ministério Público da União.



No final de 2013 saíram 2 editais: Agente Administrativo da Polícia Federal e Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima. Com esforço e dedicação, fui aprovado nos dois: (5º lugar para Agente Administrativo e 37º para a UFRR). Em junho de 2014 fui nomeado para a UFRR e dois meses depois para a Polícia Federal.

Em 2015 saiu o edital para Gestor Público do Instituto Federal de Roraima. Resolvi fazer a prova e fui aprovado em 1º lugar, porém optei por não assumir, pois, a lotação iria prejudicar meus projetos, afinal já estava ministrando aulas presenciais e on-line. Nesse mesmo ano entrei para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, em primeiro lugar.

Em 2016 saiu o edital para Contador da Universidade Federal de Roraima, fiz a prova e fui aprovado em primeiro lugar, mas não assumi pois, estava no 4º semestre da faculdade.

Em 2017 fiz a prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e fiquei classificado em 42º lugar.

E, em 2019, veio minha grande conquista: **aprovação em 9º lugar para Consultor Legislativo, área de Finanças Públicas da CLDF com a maior nota na prova de conhecimentos específicos (47 acertos de um total de 50).**

Estou contando as vitórias, mas também foram muitas reprovações, entre elas Senado, TCU e TCE/PE. Isso é simplesmente para dizer que sei exatamente o que vocês estão passando nessa etapa. **Vitórias e derrotas fazem parte!! O que importa é como você reage diante das derrotas: desistir ou aprender com os erros?** Garanto que a segunda hipótese é a mais correta, afinal, só não passa quem desiste!!

Como professor, iniciei em aulas presenciais nas cidades de Boa Vista e Manaus, tendo ministrado aulas em Recife, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Além disso, trabalhei em diversos sites de cursos on-line nas disciplinas de Administração Financeira e Orçamentária, Administração Geral e Pública e Contabilidade Geral e Pública.

É essa experiência que quero compartilhar com você, afinal, seremos parceiros nessa caminhada!!!

Estamos aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar que o histórico de cobrança da Cetap em Contabilidade Pública não é muito extenso, de forma que, para termos uma amostra razoável, utilizamos questões realizadas desde 2015.

Muitas das questões tratam de normativos já revogados. Nesses casos, mesmo que a questão não tenha sido trazida ao curso para análise, ela foi colocada na análise estatística para indicar a preferência da banca. Ante a baixa disponibilidade de questões da banca do concurso, incluiremos questões de outras bancas para complementar as aulas, a fim de reforçar sua preparação.

Dentre as questões que localizamos, os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, em ordem decrescente é o seguinte:

TÓPICO	% DE COBRANÇA	AULA(S)
Despesa Pública	24,64%	Aulas 7 a 9
Introdução DCASP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	14,49%	Aula 15
PCASP	13,04%	Aula 14
Princípios orçamentários. Princípios na Lei 4320/1964.	11,59%	Aula 1
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	11,59%	Aulas 10 a 12
Contabilidade Pública: Noções Gerais e conceitos introdutórios	10,14%	Aula 0
Receita Pública	7,25%	Aulas 3 e 4
Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais	5,80%	Aula 16
DFC/DMPL/Notas Explicativas	1,45%	Aula 17

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Neste tópico inicial, observamos uma tendência da banca em exigir o conhecimento do candidato sobre as diferenças entre os sistemas orçamentário e patrimonial.



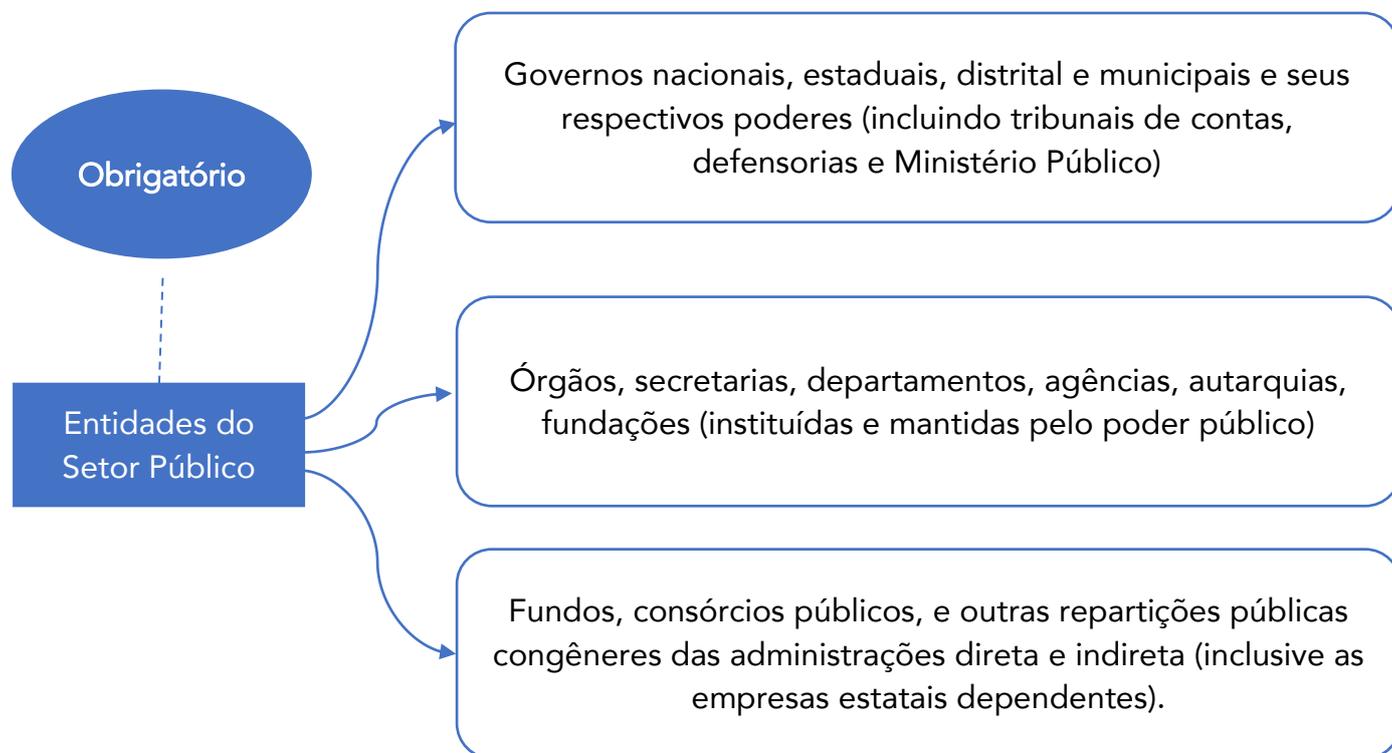
ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

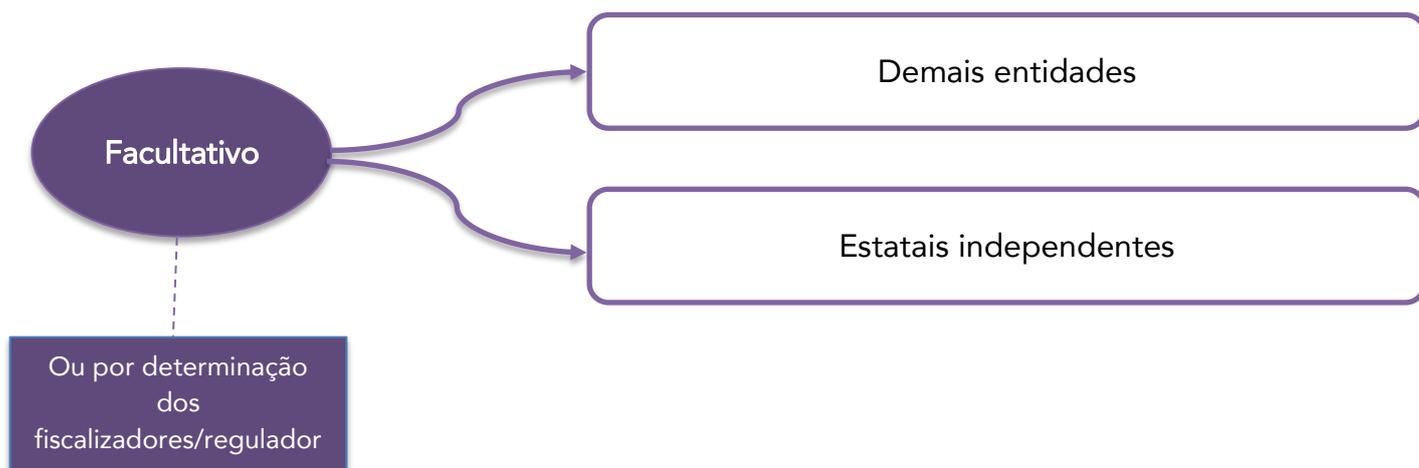
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.





É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

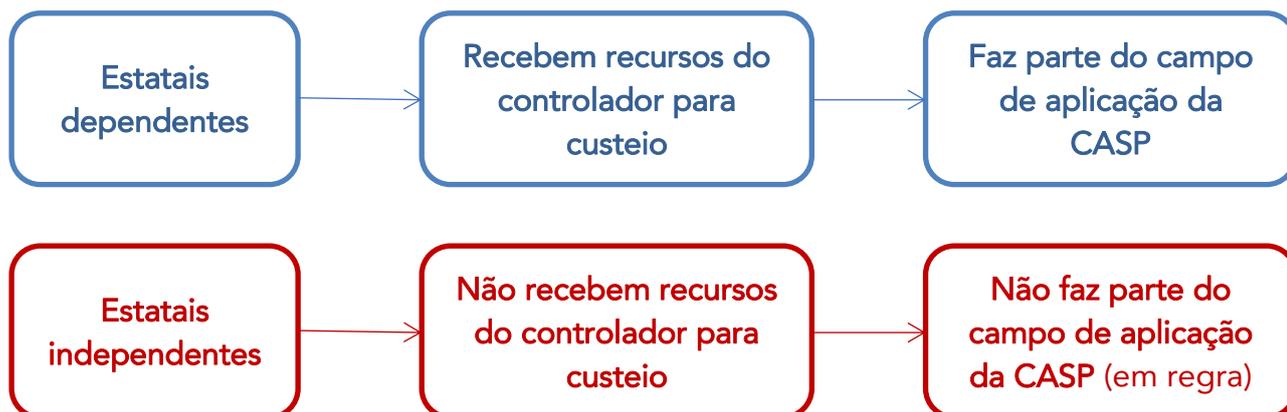
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente**, às **entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

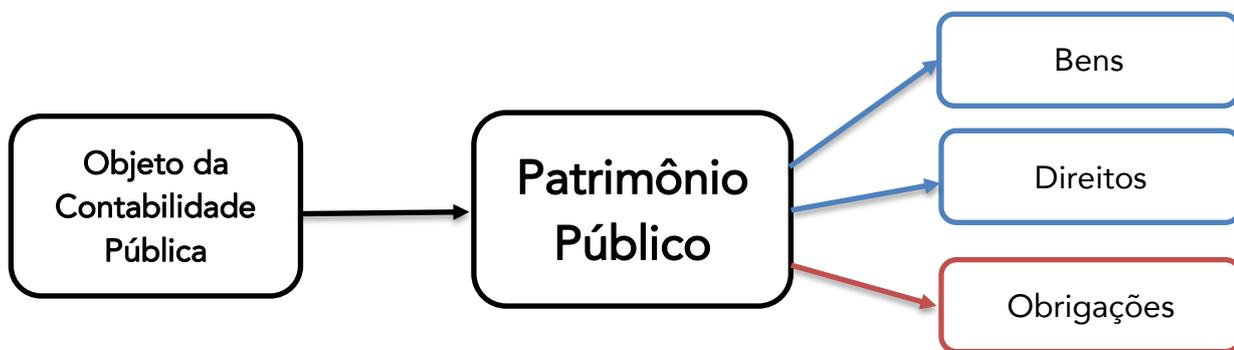
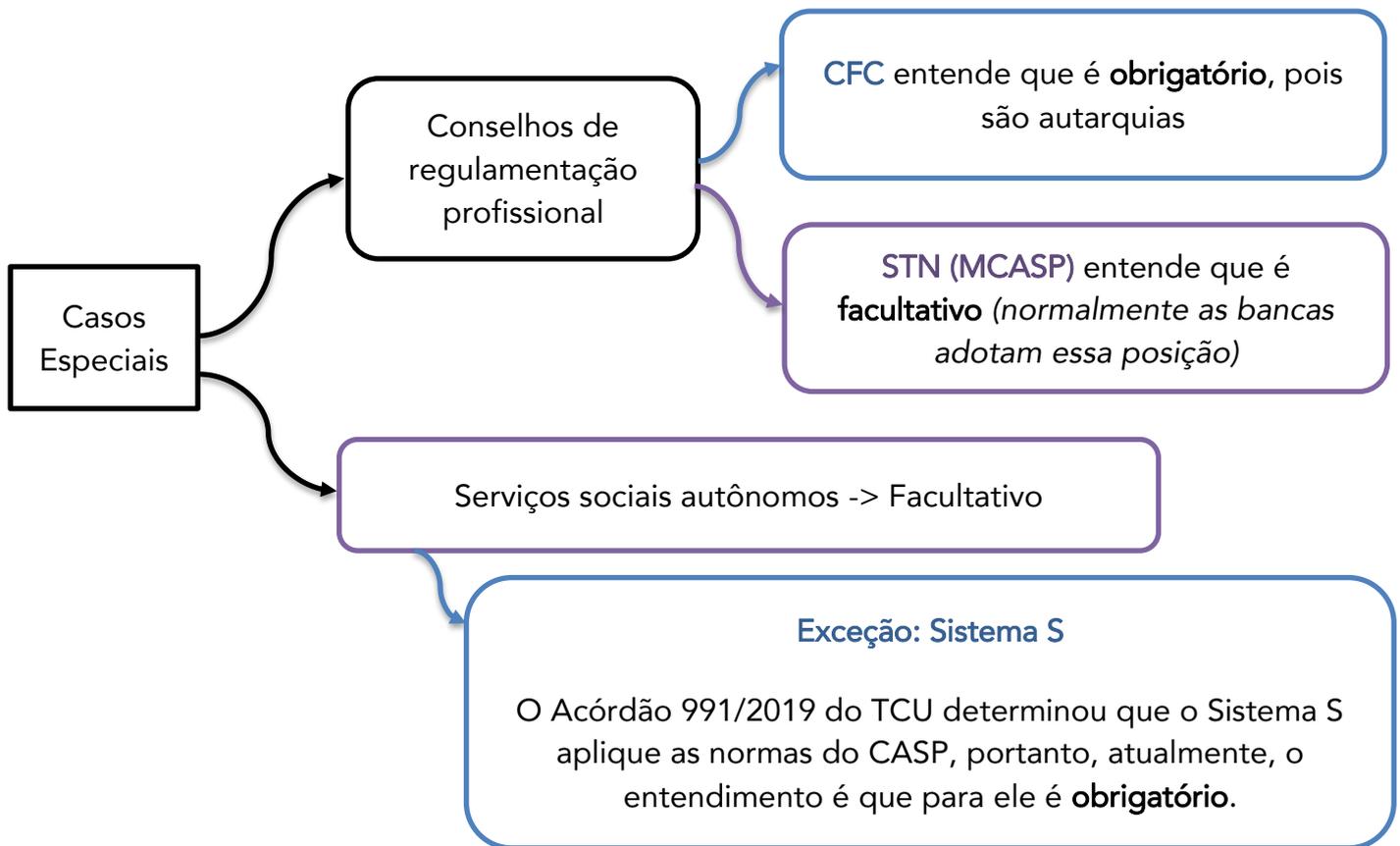
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.**

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- Fornecer informações sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária – relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira – relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica – relacionados aos resultados.
 - Física – relacionados à existência física dos elementos.
- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.



Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;

(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;

(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e

(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

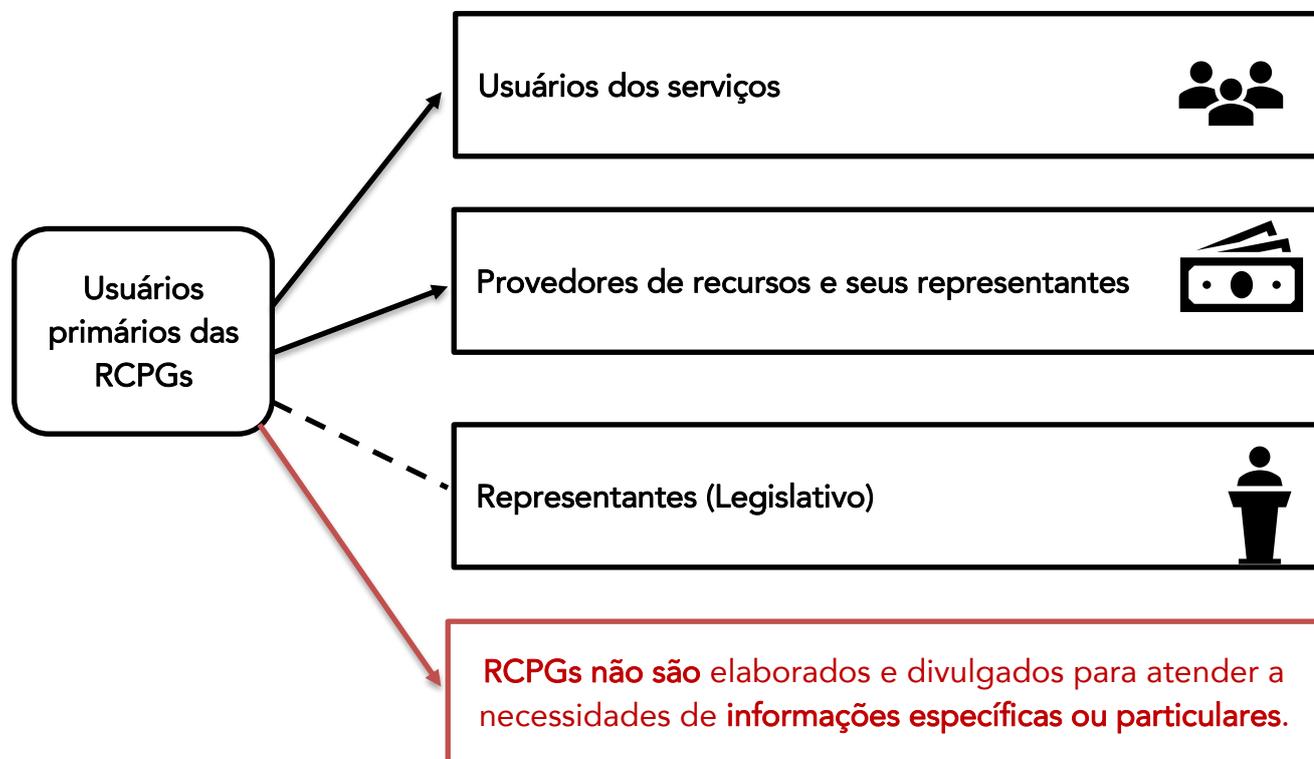


Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:
 - Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.



- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, ou que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

- As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
- As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
- Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** – é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.
- **Comparabilidade** – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.



- **Verificabilidade** – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** – recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso – item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.
- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.



- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.



Orçamentário X Patrimonial

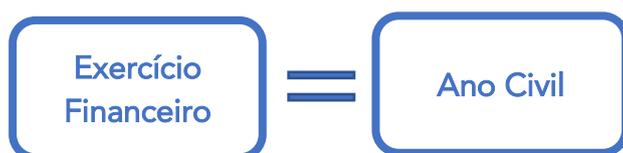
Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."

Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

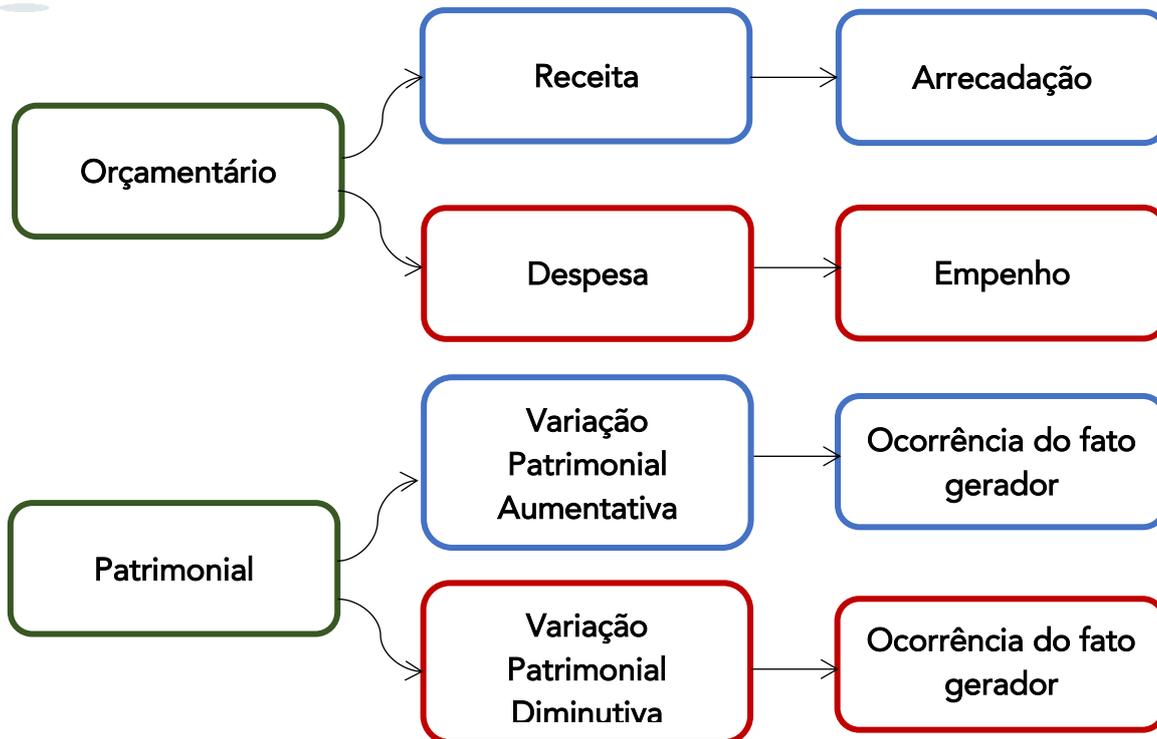
I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.





Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.



Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

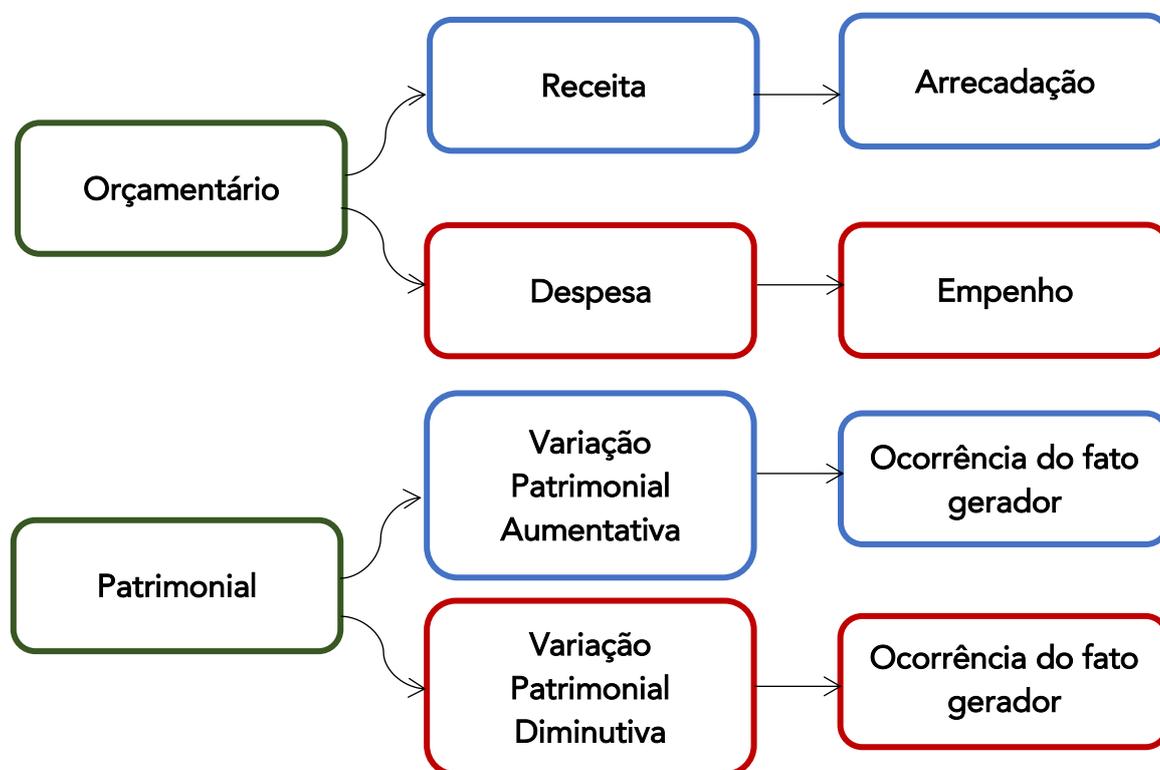
Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais².

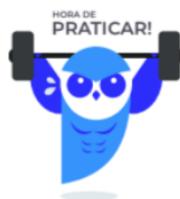
Dentre os tópicos abordados, acredito que o que você deve dar maior importância nesse momento é a diferença entre os lançamentos contábeis e os patrimoniais, pois além de ser cobrado com muita frequência, ele é essencial para a compreensão do restante da disciplina. Portanto, lembre-se:



² Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto. A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (Cetap/2016/Prefeitura de Barcarena/Contador)

Assinale a alternativa incorreta sobre a Contabilidade Aplicada ao setor público, conforme Lei n.º 4.320/64 e alterações:

- a) Registra a previsão da receita e a fixação da despesa estabelecidas em lei para o exercício.
- b) Escritura a execução orçamentária fazendo comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas para detectar variações patrimoniais.
- c) Demonstra o valor patrimonial controlando as contas de cada transação pública.
- d) Organiza demonstrações contábeis.
- e) A Fazenda Pública evidenciará a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados de acordo com o sistema contábil.

Comentários

No meu ver, questão um pouco mal redigida. Vamos analisar os itens começando com a alternativa E, que é o gabarito da questão. A resposta está no art. 83 da Lei 4.320/64:



Art. 83. A **contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública** a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

O erro é que a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública.

As alternativas A, C e D trazem características das demonstrações contábeis. A letra A trata do balanço orçamentário, a C do balanço patrimonial e da DVP e alternativa D traz um dos objetivos das demonstrações.

A letra B, por sua vez, é um pouco controversa, pois traz características balanço orçamentário e afirma que as receitas e despesas nele apresentadas buscam determinar as variações patrimoniais. De qualquer forma, a banca entendeu como correta a afirmação.

Gabarito: E

2. (Cetap/2016/Prefeitura de Abaetetuba/2016/Administração)

Um gestor público cria uma empresa pública que será responsável pela gestão de sinalização de tráfego, educação no trânsito, além de fiscalização das infrações no trânsito. Tendo como análise o campo de aplicação da contabilidade pública, julgue os itens seguintes:

I- A contabilidade pública se aplica a todos os entes públicos que recebam orçamento fiscal e da seguridade social.

II- A contabilidade pública é extensiva às autarquias e fundações públicas.

III- Todas as empresas públicas são campo de aplicação da contabilidade pública.

IV- Toda a administração indireta é campo de aplicação da contabilidade pública.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

Comentários

I – Certo. O orçamento público é dividido entre orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais. O orçamento fiscal e o da seguridade social abrangem os órgãos da



administração direta e os da indireta que funcionam financiados por recursos públicos, portanto, os entes públicos que recebam recursos desses orçamentos devem aplicar a contabilidade pública.

II – Certo. Autarquias e fundações públicas devem obrigatoriamente aplicar a contabilidade pública.

III – Errado. Apenas as estatais dependentes devem obrigatoriamente aplicar a contabilidade pública. Para as estatais independentes a aplicação é facultativa.

IV – Errado. As estatais fazem parte da administração indireta, conseqüentemente, conforme comentado no item anterior, elas não fazem parte do campo de aplicação.

Gabarito: C

3. (AOCP/2018/ITEP-RN/Perito - Ciências Contábeis)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público.

Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?

- a) O orçamento público.
- b) O balanço patrimonial do setor público.
- c) As finanças do setor público.
- d) O patrimônio público.
- e) A dívida pública.

Comentários

Sem muito o que comentar aqui. Como vimos em nosso roteiro de revisão, o objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público.

Gabarito: D

4. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.



d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.

e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

Comentários

As características qualitativas da informação contábil são:

Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Representação fidedigna – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Comparabilidade – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Verificabilidade – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Portanto, temos como gabarito a letra A. Identificando os erros das demais:

a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.

b) tempestividade, relevância e **verdade**.

c) relevância, compreensibilidade e **custo como base de valor**.

d) representação fidedigna, **prudência** e **custo como base de valor**.

e) relevância, representação fidedigna e **custo como base de valor**.

Gabarito: A

5. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes



pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

Comentários

A questão trata da característica qualitativa da verificabilidade e, portanto, temos a alternativa C como gabarito. Vamos aproveitar para ver a previsão textual da NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.26 A **verificabilidade** é a qualidade da informação que ajuda a **assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar**. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a **característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa**, em que:

- (a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- (b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Relembrando os conceitos das características apresentadas nas demais alternativas:

Letra A - Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.



Letra B - Materialidade - não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. A informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Letra D - Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra E - Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: C

6. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

Comentários

Vamos analisar os itens individualmente.

Letra A – Correta. Veja como está previsto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.21 Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade **da relação entre dois ou mais itens de informação**.

Letras B e C – Erradas. O item 3.22 diz o contrário, veja:

3.22 A comparabilidade difere da consistência. **A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração (LETRA B)**, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. **A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo (LETRA C)**. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade



podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.

A letra B está errada pois quem se refere à utilização dos mesmos princípios contábeis é a consistência.

A letra C está errada porque é a consistência quem auxilia na consecução do objetivo da comparabilidade.

Letra D – Errada, porque a ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

3.23 A comparabilidade também difere da uniformidade. **Para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas. A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.** A comparabilidade da informação nos RCPGs não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.

Letra E – Errada, pois o objetivo da comparabilidade é muito mais amplo. A própria NBC TSP Estrutura Conceitual coloca diversos casos de utilização.

3.24 A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A utilidade de tal informação é aprimorada se puder ser comparada com, por exemplo:

(a) **informações financeiras e não financeiras prospectivas anteriormente apresentadas** para aquele exercício ou data do relatório;

(b) **informação similar sobre a mesma entidade** referente a algum outro exercício ou a algum outro momento no tempo; e

(c) **informação similar sobre outras entidades** (por exemplo, entidades do setor público prestando serviços semelhantes em jurisdições distintas) para o mesmo exercício.

Gabarito: A

7. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

Comentários

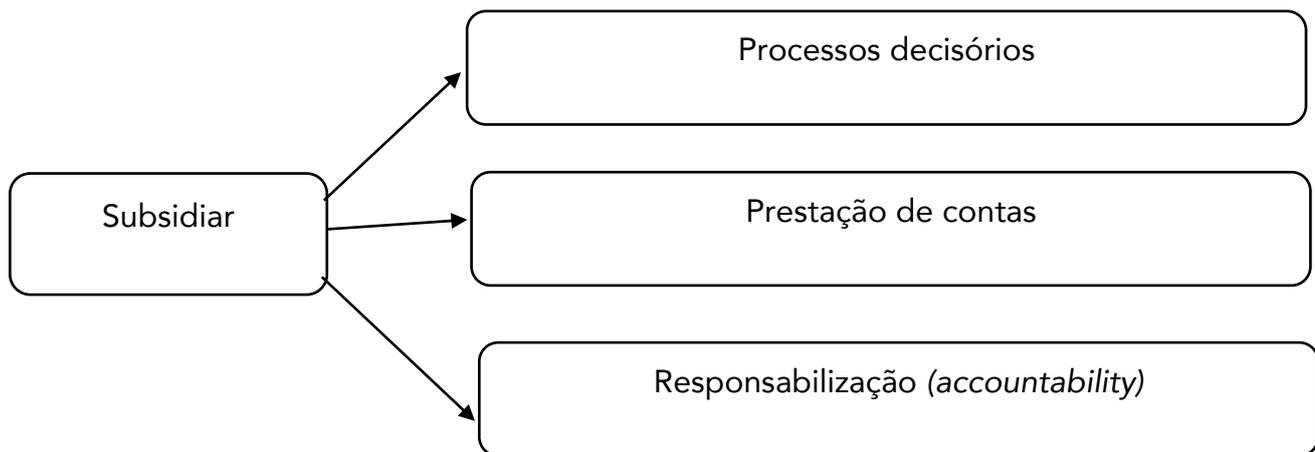
Questão que cobra a literalidade da NBC TSP Estrutura Conceitual. Vejamos o que ela prevê:

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para **subsidiar os processos decisórios** e a **prestação de contas e responsabilização (accountability)**. Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Observe que todas as demais alternativas estão direta ou indiretamente relacionadas à responsabilização e à prestação de contas, o que poderia ter confundido até mesmo um candidato bem preparado. Então, lembre-se dos termos chave sobre os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.





Gabarito: A

8. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.

Comentários

Vamos analisar esta questão à luz da literalidade da norma.

2.17 As informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para auxiliar os



usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:

(a) a conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações (**Letra A**);

(b) as atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício (**Letra B**); e

(c) as expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro (**Letra C**), bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro (**Letra D**).

Essa informação pode ser apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios separados incluídos nos RCPGs.

Observe que a única alternativa que não está abrangida é a letra E, sendo o gabarito da questão. Trata-se de uma questão difícil, até porque é impossível decorar a norma integralmente. O ideal para acertar esta questão, é você ter em mente que os relatórios contábeis de propósito geral buscam trazer informações sobre o orçamento, a prestação dos serviços e os resultados, ou seja, ela é mais em um sentido "macro", ao passo que a contratação de novos serviços é algo um pouco mais específico e que, ainda que impacte os resultados e a prestação de serviços, não é o foco dos RCPGs.

Gabarito: E



Objetivo e usuários

9. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois todos os usuários citados no enunciado possuem algum tipo de interesse nas informações contábeis. O governo e os gestores como responsáveis pela aplicação dos recursos, os acionistas como detentores do capital e a comunidade como usuária dos serviços e contribuinte.

Erros das demais:

Letra A - a comunidade está entre os principais interessados, pois é tanto usuária dos serviços como a principal contribuinte de suas receitas por meio de impostos ou contraprestação pelos serviços.

Letras B e D - erram ao delimitar os interessados.

Letra E - é plenamente possível que as entidades de classe da comunidade participem de decisões relacionadas a empresas estatais prestadoras de serviços públicos, por exemplo.

Gabarito: C



10. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

Comentários

Colocamos os usuários de forma esquematizada na parte teórica. Vamos aproveitar esta questão para ver a literalidade da norma.

*2.4 Conseqüentemente, os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos **usuários dos serviços e dos provedores de recursos**, quando estes não detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas. Os **membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs** e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos. Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).*

Portanto, a alternativa correta é a letra E, pois os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

Gabarito: E

Orçamentário e patrimonial

11. (Cetap/2016/Prefeitura de Abaetetuba/Administrador)

Na contabilidade pública, o regime contábil é:

- a) misto.
- b) de competência.



- c) de caixa, apenas.
- d) de caixa para despesa e compensação para a receita.
- e) de caixa para a receita e composição para a despesa.

Comentários

De acordo com a Lei 4.320/64:

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

A partir disso, diz-se que a contabilidade pública segue um regime **misto**, em que as receitas seguem o regime de caixa e as despesas o de competência. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A

12. (Cetap/2016/Prefeitura de São Miguel do Guamá)

A Lei 4.320/64 aduz sobre exercício financeiro utilizado no setor público. Marque a alternativa correta sobre o tema:

- a) O exercício financeiro não coincidirá com o ano civil.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele legalmente empenhadas.
- c) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele arrecadadas.
- d) O exercício financeiro coincidirá com o ano financeiro de pagamento tributário.
- e) Pertencem ao exercício financeiro as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.

Comentários

A questão cobra o conhecimento de dois artigos da Lei 4.320/64:

"Art. 34. **O exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil.**"

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

Chegamos, portanto, à letra E como gabarito. Identificando os erros das demais alternativas:



- a) O exercício financeiro **não** coincidirá com o ano civil.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as **receitas** **despesas** nele legalmente empenhadas.
- c) Pertencem ao exercício financeiro as **despesas** **receitas** nele arrecadadas.
- d) O exercício financeiro coincidirá com o ano ~~financeiro de pagamento tributário~~ o ano civil.

Gabarito: E

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:



Perguntas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?
2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?
3. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?
4. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?
5. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?
6. Quais as três restrições inerentes à informação?
7. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?
8. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?
9. O que abrange o RCPG?
10. Quem são os usuários primários dos RCPG?



11. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?
12. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Perguntas com respostas

1. **Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. **Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**

Patrimônio Público.

3. **Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

4. **Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

5. **Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.



6. Quais as três restrições inerentes à informação?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

7. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

8. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

9. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

10. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

11. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação

12. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Cetap/2016/Prefeitura de Barcarena/Contador)

Assinale a alternativa incorreta sobre a Contabilidade Aplicada ao setor público, conforme Lei n.º 4.320/64 e alterações:

- a) Registra a previsão da receita e a fixação da despesa estabelecidas em lei para o exercício.
- b) Escritura a execução orçamentária fazendo comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas para detectar variações patrimoniais.
- c) Demonstra o valor patrimonial controlando as contas de cada transação pública.
- d) Organiza demonstrações contábeis.
- e) A Fazenda Pública evidenciará a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados de acordo com o sistema contábil.

2. (Cetap/2016/Prefeitura de Abaetetuba/2016/Administração)

Um gestor público cria uma empresa pública que será responsável pela gestão de sinalização de tráfego, educação no trânsito, além de fiscalização das infrações no trânsito. Tendo como análise o campo de aplicação da contabilidade pública, julgue os itens seguintes:

I- A contabilidade pública se aplica a todos os entes públicos que recebam orçamento fiscal e da seguridade social.

II- A contabilidade pública é extensiva às autarquias e fundações públicas.

III- Todas as empresas públicas são campo de aplicação da contabilidade pública.

IV- Toda a administração indireta é campo de aplicação da contabilidade pública.

Marque a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.



e) Apenas os itens II e III estão corretos.

3. (AOCP/2018/ITEP-RN/Perito - Ciências Contábeis)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao

Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de

natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público.

Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?

- a) O orçamento público.
- b) O balanço patrimonial do setor público.
- c) As finanças do setor público.
- d) O patrimônio público.
- e) A dívida pública.

4. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.



5. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

6. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.



7. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

8. (FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.



9. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

10. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

11. (Cetap/2016/Prefeitura de Abaetetuba/Administrador)

Na contabilidade pública, o regime contábil é:

- a) misto.
- b) de competência.
- c) de caixa, apenas.
- d) de caixa para despesa e compensação para a receita.
- e) de caixa para a receita e composição para a despesa.



12. (Cetap/2016/Prefeitura de São Miguel do Guamá)

A Lei 4.320/64 aduz sobre exercício financeiro utilizado no setor público. Marque a alternativa correta sobre o tema:

- a) O exercício financeiro não coincidirá com o ano civil.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele legalmente empenhadas.
- c) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele arrecadadas.
- d) O exercício financeiro coincidirá com o ano financeiro de pagamento tributário.
- e) Pertencem ao exercício financeiro as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.



GABARITO



- | | |
|------|-------|
| 1. E | 7. A |
| 2. C | 8. E |
| 3. D | 9. C |
| 4. A | 10. E |
| 5. C | 11. A |
| 6. A | 12. E |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.